

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	9.865.442	9.366.384
1.01	Ativo Circulante	2.811.398	2.426.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	307.016	166.015
1.01.02	Aplicações Financeiras	77.650	92.376
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	77.650	92.376
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	77.650	92.376
1.01.03	Contas a Receber	1.454.448	1.409.635
1.01.03.01	Clientes	1.454.448	1.409.635
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	1.870.405	1.835.870
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-415.957	-426.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	577.089	514.140
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	577.089	514.140
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	130.809	112.810
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	446.280	401.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	395.195	244.720
1.01.08.03	Outros	395.195	244.720
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	75.864	79.108
1.01.08.03.03	Outros créditos	236.086	83.419
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	62.464	17.079
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	20.781	65.114
1.02	Ativo Não Circulante	7.054.044	6.939.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.041.587	4.888.015
1.02.01.04	Contas a Receber	89.362	75.431
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	89.362	75.431
1.02.01.07	Tributos Diferidos	31.015	32.142
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	31.015	32.142
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.921.210	4.780.442
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	48.618	47.676
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	29.987	28.583
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	24.338	25.520
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	3.098.987	3.026.407
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	958.199	1.070.993
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	34.562	483
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	726.519	580.780
1.02.03	Imobilizado	42.624	43.564
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42.624	43.564
1.02.04	Intangível	1.969.833	2.007.919
1.02.04.01	Intangíveis	1.969.833	2.007.919
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.852.754	1.847.773
1.02.04.01.02	Software	117.079	160.146

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	9.865.442	9.366.384
2.01	Passivo Circulante	2.571.970	2.875.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59.621	59.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59.621	59.325
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	59.621	59.325
2.01.02	Fornecedores	1.036.333	1.024.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.036.333	1.024.557
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	758.019	924.935
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	20.227	2.008
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	258.087	97.614
2.01.03	Obrigações Fiscais	151.586	238.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.307	110.361
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	71.110
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	33.307	39.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	113.818	123.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.461	4.436
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	607.404	828.127
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	246.641	637.557
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	70.671	67.116
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	175.970	570.441
2.01.04.02	Debêntures	360.763	190.570
2.01.04.02.01	Debêntures	360.763	190.570
2.01.05	Outras Obrigações	717.026	725.404
2.01.05.02	Outros	717.026	725.404
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	362.727	317.774
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	90.276	130.276
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	5.941	1.241
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.531	1.530
2.01.05.02.10	Outras obrigações	118.060	98.070
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	93.977	91.892
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	2.775	2.944
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	41.739	81.677
2.02	Passivo Não Circulante	3.985.820	3.260.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.446.624	1.662.022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.256.580	319.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	791.191	304.580
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	465.389	14.429
2.02.01.02	Debêntures	1.190.044	1.343.013
2.02.01.02.01	Debêntures	1.190.044	1.343.013
2.02.02	Outras Obrigações	1.323.697	1.403.595
2.02.02.02	Outros	1.323.697	1.403.595
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	2.865	3.488
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	110.393	110.398
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	19.624	16.820
2.02.02.02.08	Outras obrigações	13.595	15.483
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	3.400	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.087.154	1.128.538
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	1.037	1.325
2.02.02.02.12	Passivo financeiro setorial	85.629	127.543
2.02.04	Provisões	215.499	194.529
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	215.499	194.529
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.739	29.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	125.342	121.936
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	42.860	42.860
2.02.04.01.06	Outras provisões	14.558	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.307.652	3.230.548
2.03.01	Capital Social Realizado	892.246	892.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.981.033	1.981.033
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	934.965	934.965
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	109.708	109.708
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	887.515	887.515
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	86.916	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-11.214	-1.402

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.536.915	1.399.583
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.378.890	-1.179.851
3.03	Resultado Bruto	158.025	219.732
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.068	-96.721
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.200	-42.716
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.121	-57.181
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.005	3.914
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-752	-738
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	113.957	123.011
3.06	Resultado Financeiro	9.185	-20.004
3.06.01	Receitas Financeiras	268.488	184.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-259.303	-204.896
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	123.142	103.007
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.226	-20.372
3.08.01	Corrente	-30.044	-33.042
3.08.02	Diferido	-6.182	12.670
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	86.916	82.635
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	86.916	82.635
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,11638	1,06139
3.99.01.02	PNA	1,18336	1,12508
3.99.01.03	PNB	1,22802	1,16753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,11638	1,06139
3.99.02.02	PNA	1,18336	1,12508
3.99.02.03	PNB	1,22802	1,16753

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	86.916	82.635
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.812	6.821
4.02.03	Ganho(perda) com instrumentos financeiros	-14.866	10.335
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros	5.054	-3.514
4.03	Resultado Abrangente do Período	77.104	89.456

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-152.515	-30.402
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	198.183	219.211
6.01.01.01	Lucro líquido do período	86.916	82.635
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3.158	42.456
6.01.01.04	Depreciação e amortização	92.548	71.397
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	153.742	191.306
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	0	118
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	7.364	-12.670
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	817	8.168
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	2.163	1.896
6.01.01.12	Ativos e passivos financeiros setoriais	-3.092	-4.252
6.01.01.13	Marcação a mercado de ativo indenizável	-63.851	-23.203
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-81.582	-138.640
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-232.499	-181.655
6.01.02.01	Consumidores	-61.902	-88.660
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	3.092	58.707
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-45.385	-53.789
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	-17.999	-1.563
6.01.02.05	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.569	9.111
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	-81.852	22.441
6.01.02.07	Outros tributos compensáveis	67.844	-4.795
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-942	2.697
6.01.02.09	Outros créditos	-149.423	18.765
6.01.02.10	Fornecedores	11.776	-164.881
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	296	4.620
6.01.02.13	Encargos setoriais	3.791	-2.561
6.01.02.18	Outras obrigações	18.101	6.178
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social	31.973	3.633
6.01.02.20	Outras obrigações fiscais	-15.438	8.442
6.01.03	Outros	-118.199	-67.958
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-103.083	-36.586
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-23.951	-24.902
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	10.817	-5.499
6.01.03.04	Recebimento de juros de instrumento derivativo	239	0
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-54	-149
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-2.167	-822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-194.584	-242.668
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-207.906	-236.880
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-1.404	-2.138
6.02.04	Cauções e depósitos	14.726	-3.650
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	488.100	337.030
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	900.000	381.279
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-455.889	-42.563
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-457	-1.422

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.04	Parcelamento especial	-385	-264
6.03.05	Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	84.831	0
6.03.06	Pagamento de dividendos	-40.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	141.001	63.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.015	91.605
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	307.016	155.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.916	-9.812	77.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.916	0	86.916
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.812	-9.812
5.05.02.06	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-14.866	-14.866
5.05.02.07	Tributos diferidos s/perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	5.054	5.054
5.07	Saldos Finais	892.246	358.671	1.981.033	86.916	-11.214	3.307.652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.635	6.821	89.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.635	0	82.635
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.821	6.821
5.05.02.06	Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	10.335	10.335
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ ganho instrumentos financeiros - swap	0	0	0	0	-3.514	-3.514
5.07	Saldos Finais	808.246	358.671	1.947.475	82.635	6.480	3.203.507

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	2.211.111	1.973.172
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.990.368	1.760.421
7.01.02	Outras Receitas	3.005	16.660
7.01.02.02	Outras receitas	3.005	16.660
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	207.804	236.983
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	9.934	-40.892
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.367.098	-1.191.631
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.339.895	-1.161.140
7.02.04	Outros	-27.203	-30.491
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-27.203	-30.491
7.03	Valor Adicionado Bruto	844.013	781.541
7.04	Retenções	-92.548	-71.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-92.548	-71.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	751.465	710.144
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	268.488	184.892
7.06.02	Receitas Financeiras	268.488	184.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.019.953	895.036
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.019.953	895.036
7.08.01	Pessoal	62.219	60.905
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.025	42.280
7.08.01.02	Benefícios	6.258	8.720
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.753	1.494
7.08.01.04	Outros	9.183	8.411
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.386	2.167
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.117	2.016
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	4.680	4.228
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	610.171	542.943
7.08.02.01	Federais	180.240	143.565
7.08.02.02	Estaduais	426.056	397.080
7.08.02.03	Municipais	3.875	2.298
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	260.647	208.553
7.08.03.01	Juros	107.812	153.502
7.08.03.02	Aluguéis	1.344	3.655
7.08.03.03	Outras	151.491	51.396
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	86.916	82.635
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	86.916	82.635

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

1T21

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

30 de abril de 2021

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Alcantara

Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com



Comentário do Desempenho

Fortaleza, 30 de abril de 2021 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,1 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2021 (1T21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.078	2.961	4,0%	3.236	-4,9%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.198.172	1.997.404	10,1%	2.449.070	-10,2%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.536.915	1.399.583	9,8%	1.742.544	-11,8%
EBITDA (2) (R\$ mil)	200.417	189.104	6,0%	214.168	-6,4%
Margem EBITDA (%)	13,04%	13,51%	-0,47 p.p	12,29%	0,75 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	15,08%	16,27%	-1,19 p.p	14,28%	0,80 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	113.957	123.011	-7,4%	133.861	-14,9%
Margem EBIT (%)	7,41%	8,79%	-1,38 p.p	7,68%	-0,27 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	86.916	82.635	5,2%	108.466	-19,9%
Margem Líquida	5,66%	5,90%	-0,24 p.p	6,22%	-0,56 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,54%	7,11%	-0,57 p.p	7,23%	-0,69 p.p
CAPEX (R\$ mil)	141.066	210.948	-33,1%	235.301	-40,0%
DEC (12 meses)	15,41	13,43	14,7%	16,51	-6,7%
FEC (12 meses)	5,93	5,89	0,7%	6,30	-5,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)	99,34%	96,54%	2,80 p.p	98,59%	0,75 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,55%	14,64%	1,91 p.p	16,18%	0,37 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.291.246	4.029.360	6,5%	4.319.448	-0,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.126	1.118	0,7%	1.122	0,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	300	364	-17,6%	308	-2,6%
PMSO (4)/Consumidor	48,36	37,55	28,8%	51,48	-6,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	418	433	-3,5%	411	1,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.260	9.443	11,4%	10.521	-2,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	1T21	1T20	Var. %
Área de Concessão (km ²)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.187.103	9.132.078	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.291.246	4.029.360	6,5%
Linhas de Distribuição (Km)	150.692	147.977	1,8%
Linhas de Transmissão (Km)	5.425	5.342	1,6%
Subestações (Unid.)	118	118	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.871	12.185	-2,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,66%	4,56%	0,10 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,49%	2,53%	-0,04 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes do IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



* Dados prévios referente ao 1T21



Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTACÃO DE FECHAMENTO (R\$/ACÇÃO)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Ordinárias - ON (COCE3)	51,24	37,09	38,2%	72,60	-29,4%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	55,79	48,30	15,5%	60,00	-7,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

variação sem ajuste por proventos

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

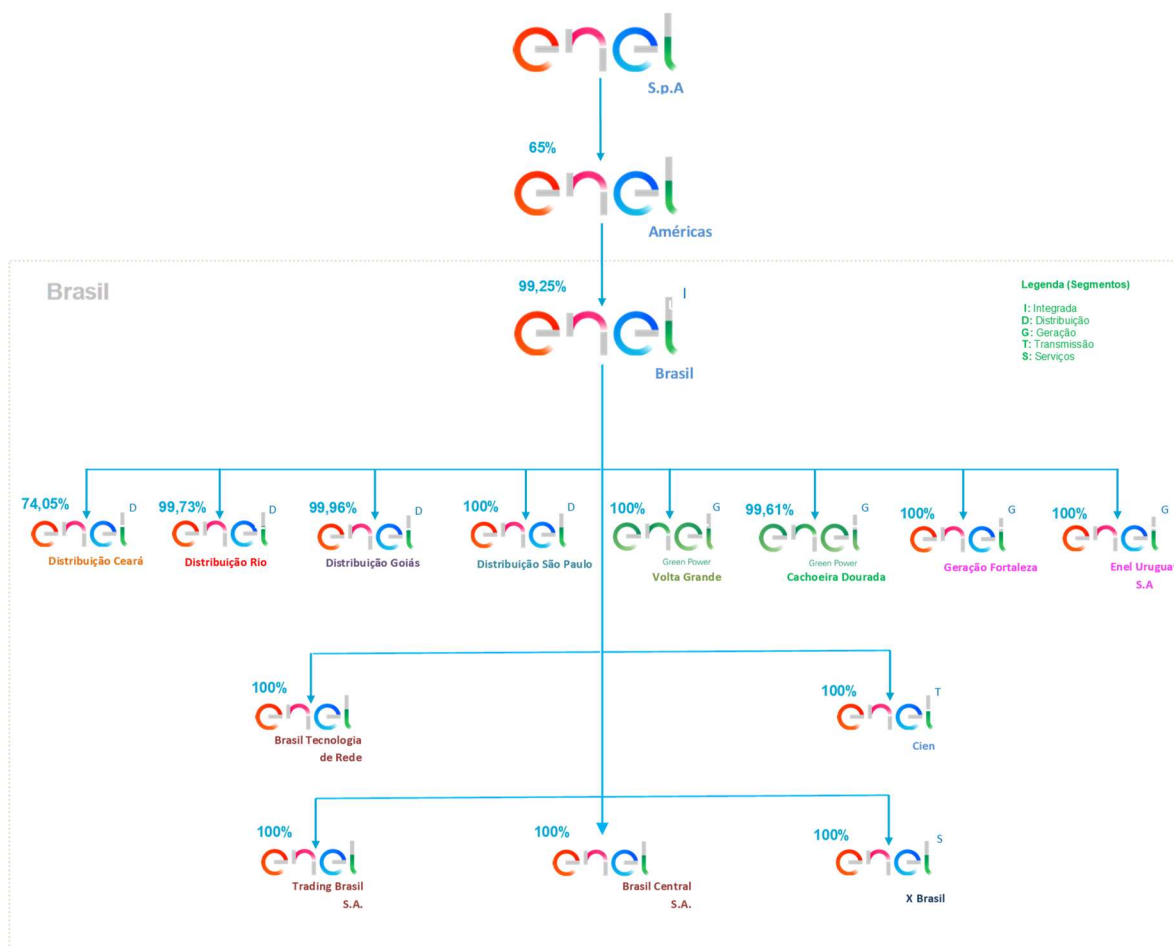
A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2021)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	-	1.687.600	-	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda	-	-	1.490.268	-	1.490.268	5,00%	1.490.268	1,91%
Outros	1.003.692	2,09%	10.519.070	3.097	10.522.167	35,31%	11.525.859	14,80%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

Posição em 31 de março de 2021





Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	4.051.054	3.891.653	4,1%	4.003.663	1,2%
Residencial - Convencional	2.415.775	2.310.486	4,6%	2.402.429	0,6%
Residencial - Baixa Renda	798.897	753.380	6,0%	773.619	3,3%
Industrial	6.086	6.355	-4,2%	6.197	-1,8%
Comercial	181.200	185.077	-2,1%	182.949	-1,0%
Rural	597.280	590.083	1,2%	587.795	1,6%
Setor Público	51.816	46.272	12,0%	50.674	2,3%
Clientes Livres	509	357	42,6%	465	9,5%
Industrial	156	121	28,9%	151	3,3%
Comercial	341	226	50,9%	302	12,9%
Rural	10	10	-	10	-
Setor Público	2	-	-	2	-
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.051.565	3.892.012	4,1%	4.004.130	1,2%
Consumo Próprio	319	302	5,6%	314	1,6%
Consumidores Ativos Não Faturados	239.362	137.046	74,7%	315.004	-24,0%
Total - Número de Consumidores	4.291.246	4.029.360	6,5%	4.319.448	-0,7%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

A Companhia encerrou 1T21 com um incremento de 4,1% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 1T20. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial convencional, residencial baixa renda e setor público e reflete, sobretudo, resultado dos esforços em novas conexões no período.

No 1T21, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 96,8 milhões.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.458	2.426	1,3%	2.603	-5,6%
Clientes Livres	618	531	16,4%	630	-1,9%
Revenda	2	4	-50,0%	3	-33,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.078	2.961	4,0%	3.236	-4,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.018	930	9,5%	1.047	-2,8%
Residencial - Baixa Renda	262	232	12,9%	259	1,1%
Industrial	129	152	-15,1%	158	-18,2%
Comercial	380	455	-16,5%	417	-8,8%
Rural	318	268	18,7%	367	-13,4%
Setor Público	352	390	-9,7%	356	-1,1%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.458	2.426	1,4%	2.603	-5,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

O crescimento de 1,4% observada no mercado cativo em relação ao 1T20 é explicada, principalmente, pelo crescimento de consumo nos segmentos residencial convencional, residencial baixa renda e rural.



Comentário do Desempenho

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial - Convencional	421	403	4,5%	436	-3,4%
Residencial - Baixa Renda	328	308	6,5%	334	-1,8%
Industrial	21.184	23.872	-11,3%	25.428	-16,7%
Comercial	2.098	2.456	-14,6%	2.278	-7,9%
Rural	532	453	17,4%	624	-14,7%
Setor Público	6.801	8.419	-19,2%	7.033	-3,3%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	607	623	-2,6%	650	-6,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	428	397	7,8%	444	-3,5%
Comercial	163	130	25,4%	159	2,1%
Rural	5	4	25,0%	5	-1,6%
Setor Público	22	-	-	22	-2,4%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	618	531	16,4%	630	-1,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	2.744	3.278	-16,3%	2.938	-6,6%
Comercial	478	577	-17,2%	528	-9,5%
Rural	480	427	12,4%	487	-1,4%
Setor Público	10.950	-	-	11.215	-2,4%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.214	1.488	-18,4%	1.356	-10,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres no 1T21 em relação ao 1T20 (-18,4%) é atribuída, principalmente, a uma redução do padrão médio de consumo dos novos clientes livres industriais e comerciais, em comparação ao padrão de consumo dos que já se encontravam na base de clientes livres da Companhia no 1T20, agravados pelos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	663	670	-1,0%	676	-1,9%
Angra 1 e 2	100	99	1,0%	100	-
PROINFA	51	56	-8,9%	67	-23,9%
Leilões e Quotas	2.336	2.387	-2,1%	2.555	-8,6%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.150	3.212	-1,9%	3.398	-7,3%
Liquidação na CCEE	(32)	(114)	-71,9%	(66)	-51,5%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	3.118	3.098	0,6%	3.332	-6,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;



Comentário do Desempenho

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	3.651	3.496	4,4%	3.944	-7,4%
Energia distribuída (GWh)	3.081	2.965	3,9%	3.239	-4,9%
Residencial - Convencional	1.018	930	9,5%	1.047	-2,8%
Residencial - Baixa Renda	262	232	12,9%	259	1,2%
Industrial	129	152	-15,1%	158	-18,4%
Comercial	380	455	-16,5%	417	-8,9%
Rural	318	268	18,7%	367	-13,4%
Setor Público	352	390	-9,7%	356	-1,1%
Clientes Livres	618	531	16,4%	630	-1,9%
Revenda	2	4	-50,0%	3	-33,3%
Consumo Próprio	3	4	-25,0%	3	-
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	570	531	7,3%	705	-19,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	15,61%	15,19%	0,42 p.p	17,87%	-2,26 p.p

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

Indicadores Operacionais

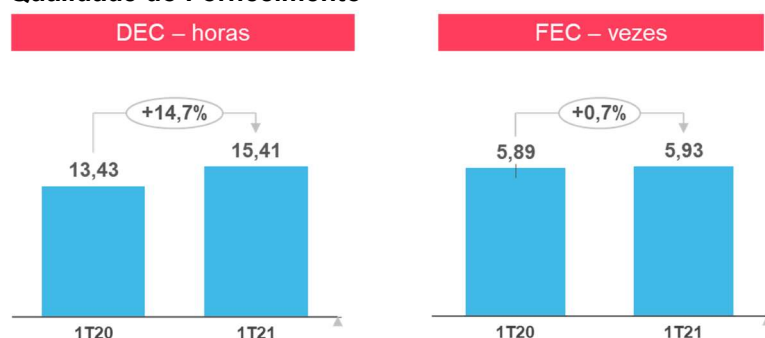
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)	15,41	13,43	14,7%	16,51	-6,7%
FEC 12 meses (vezes)	5,93	5,89	0,7%	6,30	-5,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,55%	14,64%	1,91 p.p	16,18%	0,37 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,34%	96,54%	2,80 p.p	98,59%	0,75 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	300	364	-17,6%	308	-2,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	418	433	-3,3%	411	1,9%
PMSO (2)/Consumidor	48,36	37,55	28,8%	51,48	-6,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.260	9.443	11,4%	10.521	-2,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou um aumento de 14,7% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, enquanto o FEC apresentou um

incremento de 0,7%, como reflexo da redução no número de equipes de atendimento emergencial por causa da Pandemia da COVID-19 e ao elevado volume de chuvas registrado no período, contribuindo para o maior número de interferências na rede. Foi estabelecido um plano de melhoria desses indicadores em conjunto com o regulador e tem-se observado que as ações tomadas no último trimestre de 2020 para diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão começaram a mostrar resultado a partir do mês de dezembro de 2020.

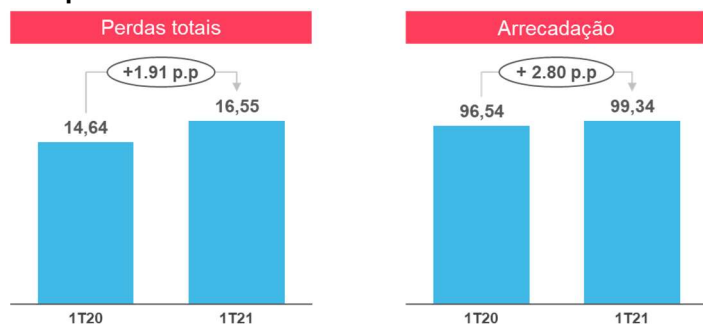
A Companhia investiu R\$ 12,3 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema no 1T21 com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional.

* Dados prévios referente ao 1T21



Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado¹



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,55%* no 1T21, um aumento de 1,91 p.p. em relação às perdas registradas em 1T20, de 14,64%. O aumento é decorrente, principalmente, da maior agressividade em função do contexto econômico dos últimos trimestres, decorrente da pandemia do COVID-19, não obstante as medidas de auxílio à população anunciadas pelo governo.

Em relação ao indicador de arrecadação, o aumento de 2,80 pontos percentuais reflete, principalmente, o aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	2.198.172	1.997.404	10,1%	2.449.070	-10,2%
Deduções à Receita Operacional	(661.257)	(597.821)	10,6%	(706.526)	-6,4%
Receita Operacional Líquida	1.536.915	1.399.583	9,8%	1.742.544	-11,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.422.958)	(1.276.572)	11,5%	(1.608.683)	-11,5%
EBITDA(2)*	200.417	189.104	6,0%	214.168	-6,4%
Margem EBITDA*	13,04%	13,51%	-0,47 p.p	12,29%	0,75 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	15,08%	16,27%	-1,19 p.p	14,28%	0,80 p.p
EBIT(3)*	113.957	123.011	-7,4%	133.861	-14,9%
Margem EBIT*	7,41%	8,79%	-1,38 p.p	7,68%	-0,27 p.p
Resultado Financeiro	9.185	(20.004)	<-100,0%	41.705	-78,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(36.226)	(20.372)	77,8%	(67.100)	-46,0%
Lucro Líquido	86.916	82.635	5,2%	108.466	-19,9%
Margem Líquida	5,66%	5,90%	-0,24 p.p	6,22%	-0,56 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,54%	7,11%	-0,57 p.p	7,23%	-0,69 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	1,12	1,06	5,2%	1,39	-19,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço

* Dados prévios referente ao 1T21



Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.656.912	1.605.163	3,2%	1.740.345	-4,8%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(8.277)	(4.700)	76,1%	(8.236)	0,5%
Subvenção baixa renda	51.921	45.392	14,4%	50.567	2,7%
Subvenção de recursos da CDE	67.107	70.243	-4,5%	72.256	-7,1%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.767.663	1.716.098	3,0%	1.854.932	-4,7%
Ativos e passivos financeiros setoriais	102.427	(58.646)	<-100,0%	248.094	-58,7%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	76.980	65.065	18,3%	74.001	4,0%
Receita de construção	207.804	236.983	-12,3%	243.031	-14,5%
Venda de Energia Excedente - MVE	14.703	11.466	28,2%	-	-
Outras receitas	28.595	26.438	8,2%	29.012	-1,4%
Total - Receita Operacional Bruta	2.198.172	1.997.404	10,1%	2.449.070	-10,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 10,1% no 1T21 em relação ao 1T20. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T21, alcançou o montante de R\$ 1,99 bilhão, um aumento de R\$ 229,9 milhões em relação ao 1T20, cujo montante foi de R\$ 1,76 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$ 161,1 milhões, em função principalmente, da constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 51,7 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 1T20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (3.081 GWh no 1T21 vs. 2.965 GWh no 1T20) além do reajuste médio tarifário de 3,94% aplicado a partir de julho de 2020.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
ICMS	(426.008)	(397.052)	7,3%	(438.373)	-2,8%
COFINS - corrente	(125.217)	(112.179)	11,6%	(146.231)	-14,4%
PIS - corrente	(27.185)	(24.355)	11,6%	(31.747)	-14,4%
ISS	(1.784)	(1.141)	56,4%	(1.218)	46,5%
Total - Tributos	(580.194)	(534.727)	8,5%	(617.569)	-6,1%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(13.191)	(11.435)	15,4%	(14.816)	-11,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(67.012)	(50.092)	33,8%	(72.418)	-7,5%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(860)	(1.567)	-45,1%	(1.723)	-50,1%
Total - Encargos Setoriais	(81.063)	(63.094)	28,5%	(88.957)	-8,9%
Total - Deduções da Receita	(661.257)	(597.821)	10,6%	(706.526)	-6,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

As deduções da receita no 1T21 apresentaram um aumento de R\$ 63,4 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 8,5% (R\$ 45,5 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 29,0 milhões e R\$ 15,8 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 16,9 milhões nos encargos setoriais relativo a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(732.050)	(659.245)	11,0%	(885.352)	-17,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(191.738)	(82.070)	>100,0%	(186.579)	2,8%
Total - Não gerenciáveis	(923.788)	(741.315)	24,6%	(1.071.931)	-13,8%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(52.820)	(43.486)	21,5%	(45.235)	16,8%
Material e Serviços de Terceiros	(134.339)	(116.544)	15,3%	(121.215)	10,8%
Depreciação e Amortização	(86.460)	(66.093)	30,8%	(80.307)	7,7%
Custos de Desativação de Bens	-	(4.643)	-100,0%	(7.804)	-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.934	(40.892)	<-100,0%	37.210	-73,3%
Custo de Construção	(207.804)	(236.983)	-12,3%	(243.032)	-14,5%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(817)	(8.168)	-90,0%	(7.727)	-89,4%
Perda de recebíveis de clientes	(13.092)	(1.564)	>100,0%	(14.487)	-9,6%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	2.611	3.414	-23,5%	16.766	-84,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.383)	(20.298)	-19,3%	(70.921)	-76,9%
Total - Gerenciáveis	(499.170)	(535.257)	-6,7%	(536.752)	-7,0%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.422.958)	(1.276.572)	11,5%	(1.608.683)	-11,5%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

Os custos e despesas operacionais no 1T21 em relação ao 1T20 apresentaram um incremento de R\$ 146,4 milhões, ou 11,5%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia, no 1T21, alcançaram o montante de R\$ 1.215,2 milhões, 16,9% ou R\$ 175,6 milhões superior ao montante registrado no 1T20, de R\$ 1.039,6 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 182,5 milhões, no 1T21:

Esse aumento, de 24,6%, está associado principalmente aos maiores encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 109,7 milhões, refletindo o aumento no reajuste anual das transmissoras em julho de 2020 e aumento de custo de energia comprada para revenda no montante de R\$ 72,8 milhões em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

- Redução nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 6,9 milhões, no 1T21, excluindo o efeito do custo de construção. Essa redução é explicada, principalmente, por:
 - Menor Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 50,8 milhões decorrente, sobretudo, de reversão de provisão, dada a melhor expectativa para recebimento de créditos vencidos com a intensificação do processo de cobrança no primeiro trimestre e medidas mais flexíveis relativas à suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Aumento nas despesas com materiais e serviços de terceiros em R\$ 17,8 milhões, principalmente, em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;
- Aumento no grupo de Perda de recebíveis de clientes no montante de R\$ 11,5 milhões, com maiores baixas de créditos vencidos há mais de cinco anos, justificado principalmente pelo efeito do COVID-19;
- Aumento de R\$ 9,4 milhões com despesa de pessoal, em função de constituição de provisão para reestruturação organizacional relativa à digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio.



Comentário do Desempenho

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Lucro Líquido do Exercício	86.915	82.635	5,2%	108.466	-19,9%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota explicativa 32)	36.226	20.372	77,8%	67.100	-46,0%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	(9.185)	20.004	<-100,0%	(41.705)	-78,0%
(=) EBIT	113.956	123.011	-7,4%	133.861	-14,9%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	87.247	66.093	32,0%	80.307	8,6%
(=) EBITDA	201.203	189.104	6,4%	214.168	-6,1%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	1.194	-	-	1.987	-39,9%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	23.551	10.172	>100,0%	27.086	-13,1%
Receita de ativo indenizável	63.851	23.203	>100,0%	90.704	-29,6%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	3.091	4.252	-27,3%	(12.931)	<-100,0%
Variação Cambial	1.223	3.525	-65,3%	(880)	<-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	175.500	143.635	22,2%	(88.784)	<-100,0%
Outras receitas financeiras	1.631	785	>100,0%	7.095	-77,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.553)	(680)	>100,0%	(999)	55,5%
Total - Receitas Financeiras	268.488	184.892	45,2%	23.278	>100,0%
Despesas financeiras					
Variações monetárias de Dívida e Debêntures	(28.813)	(16.177)	78,1%	(26.147)	10,2%
Variações cambial de dívidas	(92.240)	(142.030)	-35,1%	90.554	<-100,0%
Encargos de Dívidas e Juros de Debêntures	(22.034)	(24.593)	-10,4%	(24.981)	-11,8%
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(1.579)	7,5%	(1.405)	20,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(6.183)	-	-	-	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhist	(9.336)	(8.366)	11,6%	(10.104)	-7,6%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(93.918)	(4.995)	>100,0%	435	<-100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.098)	(2.028)	-45,9%	(267)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(3.984)	(5.128)	-22,3%	(9.658)	-58,7%
Total - Despesas Financeiras	(259.303)	(204.896)	26,6%	18.427	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	9.185	(20.004)	<-100,0%	41.705	-78,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

O Resultado Financeiro líquido da Companhia encerrou o 1T21 com uma receita líquida de R\$ 9,2 milhões, uma melhora de R\$ 29,2 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa melhora se dá, principalmente pelo (i) aumento da receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 40,6 milhões, em função da sua atualização pela variação do IPCA acumulado; e (ii) maior receita de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes em um montante de R\$ 13,4 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa com variações monetárias de dívida e debêntures, no valor de R\$ 12,6 milhões, impactada pelo aumento da variação do IPCA em relação ao 1T20 e maior despesa líquida de variação monetária de ativos e passivos setoriais no montante de R\$ 7,3 milhões.



Comentário do Desempenho

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
IR e CSLL	(45.658)	(35.180)	29,8%	(83.411)	-45,3%
Incentivo Fiscal SUDENE	9.432	14.808	-36,3%	16.311	-42,2%
Total	(36.226)	(20.372)	77,8%	(67.100)	-46,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Incentivos Fiscais (Sudene) no 1T21, registraram um aumento de R\$ 15,9 milhões, devido ao aumento da base de cálculo desses tributos e redução do incentivo fiscal SUDENE gerado por menor base incentivada.

Endividamento

INDICADORES DE ENVIDAMENTO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	3.008.027	2.547.820	18,1%	2.425.793	24,0%
Dívida com Terceiros	2.506.461	2.547.820	-1,6%	2.425.793	3,3%
Dívida Intercompany	501.566	-	-	-	-
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	384.666	234.736	63,9%	258.391	48,9%
Dívida líquida (R\$ mil)	2.623.361	2.313.084	13,4%	2.167.402	21,0%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(2)	3,76	2,50	50,4%	2,90	29,5%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(2)	3,28	2,27	44,5%	2,60	26,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,48	0,44	7,5%	0,43	11,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,44	0,42	5,5%	0,40	10,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

(2) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 1T21 em R\$ 3.008,0 milhões, um incremento de R\$ 460,2 milhões em relação ao 1T20. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 550 milhões captados com Scotiabank e R\$ 500 milhões de mutuo com a Enel Finance International N.V.), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 156 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 691 milhões e R\$ 93 milhões.

A Companhia encerrou o 1T21 com o custo médio da dívida no período de 6,30% a.a., ou CDI + 4,20% a.a.

Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limite de mútuos com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022, no valor de até R\$ 800.000.

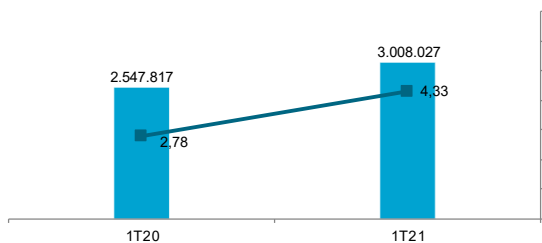
Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

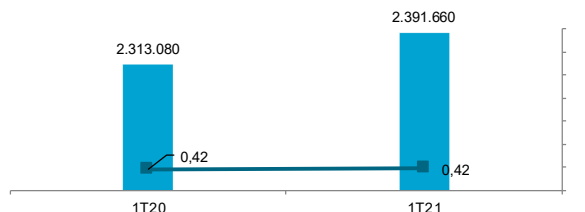


Comentário do Desempenho

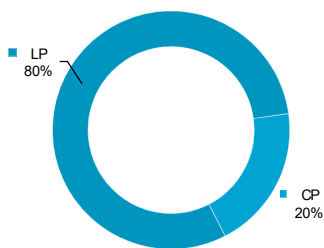
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezez)
Evolução 1T21 - 1T20



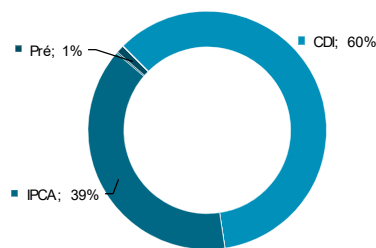
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 1T21 - 1T20



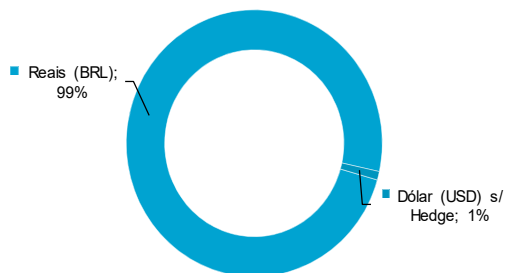
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/21



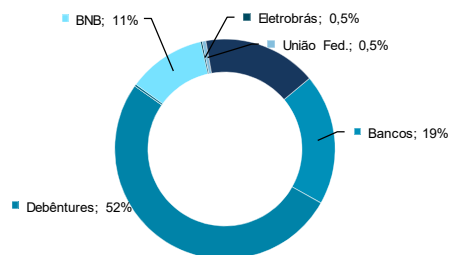
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/21



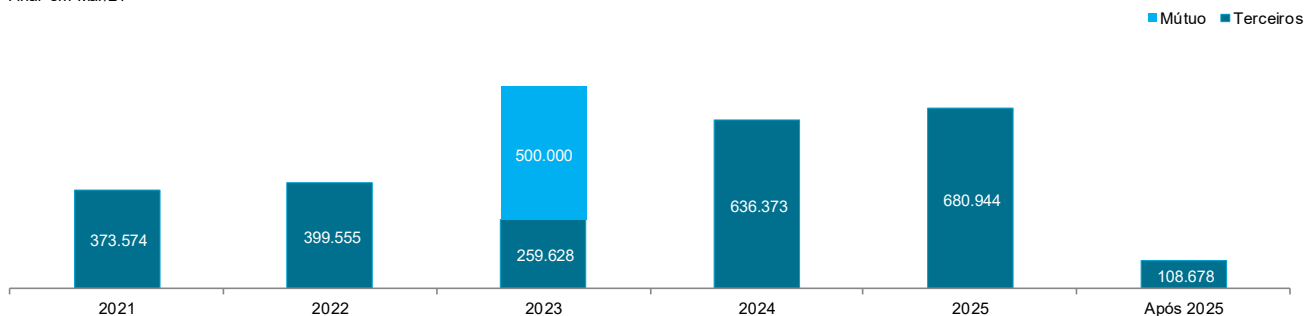
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/21



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/21





Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Novas Conexões	96.758	144.018	-32,8%	158.004	-38,8%
Rede	19.898	28.944	-31,3%	38.345	-48,1%
Combate às Perdas	7.591	11.720	-35,2%	9.803	-22,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	9.515	1.148	>100,0%	19.539	-51,3%
Adequação à carga	2.791	16.076	-82,6%	9.003	-69,0%
Outros	24.410	37.986	-35,7%	38.952	-37,3%
Total Investido	141.066	210.948	-33,13%	235.301	-40,0%
Aportes / Subsídios	-	(11.772)	-100,0%	-	-
Investimento Líquido	141.066	199.176	-29,2%	235.301	-40,0%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20;

- No 1T21, a Companhia investiu R\$ 141,1 milhões, uma redução de 33,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, em função de diferente distribuição ao longo do ano na execução financeira dos projetos ligados à expansão, modernização e digitalização da rede de distribuição.

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário 2021

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo 10,21% para os consumidores em alta tensão e 8,54% para os consumidores em baixa tensão.

Neste processo de reajuste de 2021, destacam as ações setoriais, como o reperfilamento dos custos de transmissão, a antecipação das receitas de ultrapassagem de demanda, a antecipação da devolução dos créditos de PIS/COFINS e o diferimento de parcela B, que contribuíram para atenuação do índice tarifário em -11,11 p.p.

Bandeira Tarifária

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh.

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias,



Comentário do Desempenho

que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha — patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de jan21 a mar21.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL n.º 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta-Covid. A Enel Ceará recebeu um total de R\$ 530,4 milhões ao longo dos meses de julho a dezembro de 2020.



Comentário do Desempenho

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando dos processos tarifários de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Em 27 de agosto de 2020, por meio do Despacho nº 2.508, a ANEEL determinou os valores definitivos de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém em montantes inferiores ao reconhecido pela Companhia. Os valores determinados pela agência não levam em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual se encontra em fase de análise na Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL deverá instruir processo para determinar a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020.



Notas Explicativas

Eletropaulo

Formulário de Informações Trimestrais 31 de março de 2021

Companhia Energética do Ceará
Enel Distribuição Ceará



Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	307.016	166.015
Títulos e valores mobiliários	6	77.650	92.376
Consumidores e outras contas a receber	7	1.454.448	1.409.635
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	62.464	17.079
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	130.809	112.810
Outros tributos compensáveis	9	446.280	401.330
Serviço em curso		75.864	79.108
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	20.781	65.114
Outros créditos		236.086	83.419
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.811.398	2.426.886
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores e outras contas a receber	7	89.362	75.431
Depósitos vinculados a litígios	26	48.618	47.676
Cauções e depósitos	12	29.987	28.583
Outros tributos compensáveis	9	958.199	1.070.993
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	34.562	483
Tributos diferidos	32	31.015	32.142
Benefício fiscal	11	24.338	25.520
Ativo indenizável (concessão)	13	3.098.987	3.026.407
Imobilizado	14	42.624	43.564
Intangível	15	1.969.833	2.007.919
Ativos contratuais	16	726.519	580.780
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.054.044	6.939.498
TOTAL DO ATIVO		9.865.442	9.366.384

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	17	1.036.333	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	20	246.641	637.557
Obrigações por arrendamentos	22	2.775	2.944
Debêntures	21	360.763	190.570
Passivo financeiro setorial	10	41.739	81.677
Salários, provisões e encargos sociais		59.621	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	71.110
Outras obrigações fiscais	19	151.586	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	362.727	317.774
Dividendos a pagar		90.276	130.276
Encargos setoriais	23	93.977	91.892
Benefícios pós-emprego	25	1.531	1.530
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	5.941	1.241
Outras obrigações		118.060	98.070
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.571.970	2.875.690
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	20	1.256.580	319.009
Debêntures	21	1.190.044	1.343.013
Obrigações por arrendamentos	22	1.037	1.325
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.087.154	1.128.538
Passivo financeiro setorial	10	85.629	127.543
Outras obrigações fiscais	19	2.865	3.488
Encargos setoriais	23	19.624	16.820
Benefícios pós-emprego	25	110.393	110.398
Provisão para processos judiciais e outros riscos	26	215.499	194.529
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	3.400	-
Outras obrigações		13.595	15.483
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.985.820	3.260.146
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	27	892.246	892.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.871.325	1.871.325
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(11.214)	(1.402)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		109.708	109.708
Lucros acumulados		86.916	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.307.652	3.230.548
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.865.442	9.366.384

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2021	31.03.2020
Receita líquida	29	1.536.915	1.399.583
Custo do serviço		(1.378.890)	(1.179.851)
Lucro operacional bruto		158.025	219.732
Receitas (despesas) operacionais	30		
Despesas com vendas		(3.200)	(42.716)
Despesas gerais e administrativas		(43.121)	(57.181)
Outras despesas operacionais		(752)	(738)
Outras receitas operacionais		3.005	3.914
Total de receitas (despesas) operacionais		(44.068)	(96.721)
Resultado do serviço público de energia elétrica		113.957	123.011
Resultado financeiro	31		
Receitas financeiras		268.488	184.892
Despesas financeiras		(259.303)	(204.896)
Total resultado financeiro		9.185	(20.004)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		123.142	103.007
Imposto de renda e contribuição social correntes		(39.476)	(47.850)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.182)	12.670
Incentivo fiscal		9.432	14.808
	32	(36.226)	(20.372)
Lucro líquido do período		86.916	82.635
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	28		
Ação ordinária		1,11638	1,06139
Ação preferencial - Classe A		1,18336	1,12508
Ação preferencial - Classe B		1,22802	1,16753

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	86.916	82.635
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Perda/ganho em instrumentos financeiros derivativos	(14.866)	10.335
Tributos diferidos sobre perda/ganho em instrumentos financeiros derivativos	5.054	(3.514)
	(9.812)	6.821
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	77.104	89.456

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro				Proposta de distribuição de dividendos adicional
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	82.635	-	82.635
Ganho em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.335	10.335
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.514)	(3.514)
Saldos em 31 de março de 2020	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	82.635	6.480	3.203.507
Saldos em 31 de dezembro de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	934.965	887.515	109.708	-	(1.402)	3.230.548
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	86.916	-	86.916
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.866)	(14.866)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.054	5.054
Saldos em 31 de março de 2021	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	934.965	887.515	109.708	86.916	(11.214)	3.307.652

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	86.916	82.635
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício o com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3.158	42.456
Depreciação e amortização	92.548	71.397
Juros e variações monetárias	153.742	191.306
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(81.582)	(138.640)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(3.092)	(4.252)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(63.851)	(23.203)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	118
Tributos e contribuições social diferidos	7.364	(12.670)
Provisão para processos judiciais e outros	817	8.168
Obrigações com benefício pós-emprego	2.163	1.896
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(61.902)	(88.660)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(45.385)	(53.789)
Ativos financeiros setoriais	3.092	58.707
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(17.999)	(1.563)
Outros tributos compensáveis	67.844	(4.795)
Depósitos vinculados a litígios	(942)	2.697
Outros créditos	(149.423)	18.765
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	11.776	(164.881)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	3.569	9.111
Salários, provisões e encargos sociais	296	4.620
Imposto de renda e contribuição social a pagar	31.973	3.633
Outras obrigações fiscais	(15.438)	8.442
Passivos financeiros setoriais	(81.852)	22.441
Encargos setoriais	3.791	(2.561)
Outras obrigações	18.101	6.178
	(34.316)	37.556
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(103.083)	(36.586)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	10.817	(5.499)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(2.167)	(822)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(23.951)	(24.902)
Recebimentos de juros de instrumento derivativo	239	-
Pagamentos de juros de arrendamento	(54)	(149)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	(152.515)	(30.402)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(207.906)	(236.880)
Cauções e depósitos	(1.404)	(3.650)
Títulos e valores mobiliários	14.726	(2.138)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(194.584)	(242.668)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	900.000	381.279
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(455.889)	(42.563)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(457)	(1.422)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	84.831	-
Parcelamento especial	(385)	(264)
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	488.100	337.030
Variação no caixa líquido da Companhia	141.001	63.960
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	307.016	155.565

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
1. RECEITAS	2.211.111	1.973.172
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	2.201.177	2.014.064
Fornecimento de energia elétrica	1.990.368	1.760.421
Outras receitas	3.005	16.660
Receita relativa à construção de ativos próprios	207.804	236.983
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	9.934	(40.892)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.367.098)	(1.191.631)
Materiais	(183.265)	(147.322)
Outros custos operacionais	(27.203)	(30.491)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.014.077)	(813.285)
Serviços de terceiros	(142.553)	(200.533)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	844.013	781.541
4. RETENÇÕES	(92.548)	(71.397)
Depreciação e amortização	(92.548)	(71.397)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	751.465	710.144
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	268.488	184.892
Receitas financeiras	268.488	184.892
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.019.953	895.036
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.019.953	895.036
Empregados (Colaboradores)	62.219	60.905
Remunerações	45.025	42.280
FGTS	1.753	1.494
Outros encargos sociais	2.386	2.167
Previdência privada	2.117	2.016
Auxílio-alimentação	2.200	3.466
Convênio assistencial e outros benefícios	4.058	5.254
Participação nos resultados	4.680	4.228
Tributos (Governo)	610.171	542.943
Federais	99.177	80.471
Imposto de renda e contribuição social	45.658	35.179
COFINS	44.698	43.735
PIS	11.327	9.496
INSS	6.926	6.869
(-) Incentivos fiscais	(9.432)	(14.808)
Estaduais	426.056	397.080
ICMS	426.008	397.052
Outros	48	28
Municipais	3.875	2.298
ISS	1.784	1.141
IPTU	1.064	757
Outros	1.027	400
Encargos setoriais	81.063	63.094
CDE - Conta de desenvolvimento energético	67.012	50.092
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	13.191	11.435
Taxa de fiscalização - ANEEL	860	1.567
Remuneração de capitais de terceiros	260.647	208.553
Juros	107.812	153.502
Outras despesas financeiras	151.491	51.396
Aluguéis	1.344	3.655
Remuneração de capitais próprios	86.916	82.635
Reserva de lucro	86.916	82.635

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adotam o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas há como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Medidas para o setor elétrico

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março/2021 (REN 928/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dez/21 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: Exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: Impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: Definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: Impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, foram originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso foi a CCEE, que foi responsável pelo repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologou mensalmente de julho a dezembro de 2020 o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 452.942, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tais montantes foram registrados como passivos financeiros setoriais.

Os aumentos tarifários diferidos neste trimestre, serão pagos em até 5 anos, do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 179.250, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 001/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, cujas contribuições estão em análise pela Agência. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

O fim da pandemia por COVID-19 é altamente dependente do avanço do programa de imunização de cada país, dessa forma, a Companhia entende que não é possível projetar o fim da pandemia. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Apresentação das informações trimestrais

Em 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2021 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2. Base de mensuração

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.3. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 22 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforme se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

3.2.2 Requisitos de hedge accounting

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge*
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

3.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

4. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual da Companhia que deveria ter entrado em vigor a partir de 22 de abril de 2020 após a aprovação da ANEEL, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020, foi postergado e entrou em vigor em 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a Companhia reduziu a obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos foram restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O montante de R\$ 31.013 referente diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021 e está sendo atualizado pela taxa Selic.

Este reajuste tarifário gera um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-1,53%
Custos de Transmissão	0,66%
Custos de Aquisição de Energia	2,63%
Parcela A	1,76%
Parcela B	1,83%
Reajuste Econômico	
Componentes Financeiros do Processo Atual	5,16%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,18%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	3,94%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 2,67%, representando 1,76% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - redução de -14,31%, representando -1,53% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR ("CDE Conta ACR") devido à quitação antecipada de seu pagamento;
- Energia comprada - aumento de 5,30%, contribuiriam para esse efeito positivo o reajuste do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza), cujo preço depende do valor do gás natural e do dólar. O aumento do custo da compra de energia representa 2,63% no reposicionamento econômico; e
- Encargos de transmissão - aumento de 11,39% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e as novas tarifas de uso do sistema de transmissão, representando 0,66% no reposicionamento econômico.

(ii) Parcela B: Reposicionada em 5,38%, representando uma participação de 1,83% no reajuste econômico refletindo a variação acumulada do IGP-M no período de referência de 6,81% descontada do Fator X.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante positivo de R\$ 256.413 representando 5,16% de participação no reajuste, dentre os quais destaca-se: Positivo de R\$ 205.886 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), impactada pelos efeitos do risco hidrológico da CCGF, usinas repactuadas e efeito disponibilidades de CCEAR-D, neutralidade de Encargos Setoriais negativo de R\$ 6.379, Sobrecontratação negativo de R\$ 57.594 e Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 149.839, em razão da alteração da metodologia de cálculos da

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



previsão de risco hidrológico calculado conforme submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária, PRORET.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	45.384	30.877
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	119.093	31.882
Fundos de Investimento Aberto	1.028	837
Operações compromissadas	141.511	102.406
	261.632	135.125
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	-	13
	-	13
Total	307.016	166.015

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de março de 2020 e 2019, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.03.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	77.058	76.801
Fundos de investimentos exclusivos*	592	15.575
Títulos públicos	491	13.270
LF - Letra Financeira	101	2.305
Total	77.650	92.376

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



* Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, a qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,33% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de março de 2021 (6,03% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2021.

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.03.2021
Classes de consumidores:				
Residencial	171.248	216.466	353.304	741.018
Industrial	26.318	7.320	22.490	56.128
Comercial	57.159	31.522	72.255	160.936
Rural	59.815	45.153	86.692	191.660
Poder público	32.085	18.872	34.417	85.374
Iluminação pública	23.984	15.636	56.352	95.972
Serviço público	15.324	9.818	15.593	40.735
Fornecimento faturado	385.933	344.787	641.103	1.371.823
Receita não faturada	291.055	-	-	291.055
Parcelamento de débitos	207.020	-	-	207.020
Compartilhamento - uso mútuo	11.551	12.271	27.165	50.987
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	32.351	38.882
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	902.090	357.058	715.908	1.975.056
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(15.179)	(20.675)	(395.392)	(431.246)
Total	886.911	336.383	320.516	1.543.810
Circulante				1.454.448
Não circulante				89.362

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2020
Classes de consumidores:				
Residencial	193.625	214.195	326.656	734.476
Industrial	18.936	16.004	22.398	57.338
Comercial	56.086	36.171	67.269	159.526
Rural	64.059	49.624	78.799	192.482
Poder público	27.371	17.902	28.292	73.565
Iluminação pública	18.367	17.864	50.161	86.392
Serviço público	15.243	8.031	14.879	38.153
Fornecimento faturado	393.687	359.791	588.454	1.341.932
Receita não faturada	281.102	-	-	281.102
Parcelamento de débitos	214.636	-	-	214.636
Compartilhamento - uso mútuo	6.353	10.527	17.870	34.750
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	32.350	38.881
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	902.309	370.318	653.963	1.926.590
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(13.345)	(17.664)	(410.515)	(441.524)
Total	888.964	352.654	243.448	1.485.066
Circulante				1.409.635
Não circulante				75.431

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	31.03.2021
Consumidores e outras contas a receber	(441.524)	(2.814)	13.092	(431.246)
Outros créditos	(2.459)	(344)	-	(2.803)
	(443.983)	(3.158)	13.092	(434.049)
Circulante	(428.694)			(418.760)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(443.983)			(434.049)

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	31.03.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(42.671)	1.507	(441.524)
Outros créditos	(3.786)	215	56	(2.459)
	(362.443)	(42.456)	1.563	(443.983)
Circulante	(347.154)			(428.694)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(443.983)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

A seguir é apresentada a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa para consumidores e outras contas a receber.

	31.03.2021	31.12.2020
Residencial	(148.960)	(184.145)
Industrial	(20.685)	(21.493)
Comercial	(56.764)	(50.776)
Rural	(59.829)	(56.651)
Poder público	(16.554)	(12.473)
Iluminação pública	(44.106)	(36.447)
Serviço público	(15.862)	(11.929)
Parcelamento de débitos de consumidores	(7.847)	(7.528)
Outros	(60.639)	(60.082)
	(431.246)	(441.524)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsídio CDE	29.896	12.308
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	20.273	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	16.189	7.402
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	-	1.263
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(3.894)	(3.894)
Total	62.464	17.079

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação

9. Tributos a compensar

	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	72.877	70.281
Contribuição social (a)	29.959	29.733
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	27.973	12.796
Total	130.809	112.810

	31.03.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	72.496	68.788	73.343	78.801
PIS e COFINS	10.567	-	9.740	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	362.728	889.411	317.773	992.192
Outros tributos	489	-	474	-
Total	446.280	958.199	401.330	1.070.993

- A Companhia calcula o IRPJ/CSLL com base no Lucro Real por estimativas mensais e os mesmos estão proibidos de serem compensados conforme Lei 9.430/1996, Art. 74, §3º, inciso IX. Os valores pagos a maior estarão disponíveis para uso após a entrega da ECF em julho de 2021.
- A variação entre os períodos se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos.
- Do total de crédito de ICMS, R\$ 118.545 em 31 de março de 2021 (R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 22.739 (R\$ 26.019 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.
- A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 362.728 no curto prazo e R\$ 889.411 no longo prazo em 31 de março de 2021.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).



Notas Explicativas

10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	33.199	151.721	(54.040)	59.048	(4.292)	185.636	3.987	181.649	174.687	10.949
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(47.408)	26.172	(67.548)	67.167	(4.837)	(26.454)	6.741	(33.195)	(24.453)	(2.001)
Proinfra	9.453	4.486	1.154	-	66	15.159	(140)	15.299	14.237	922
Transporte rede básica	42.031	46.281	(7.724)	-	215	80.803	(15)	80.818	75.932	4.871
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	58.279	25.766	(8.119)	271	115.291	(3.100)	118.391	108.154	7.137
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	16.503	(5.688)	-	(7)	837	501	336	817	20
Demais passivos financeiros setoriais	(242.419)	(29.691)	34.437	(76.531)	1.200	(313.004)	(15.680)	(297.324)	(216.426)	(96.578)
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(2.180)	1.595	-	(84)	(10.557)	-	(10.557)	(9.921)	(636)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	13.315	14.399	(76.531)	(266)	(70.418)	-	(70.418)	(66.174)	(4.244)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(6.167)	7.403	-	(253)	(113.316)	(29.614)	(83.702)	(29.614)	(83.702)
Risco hidrológico	(134.326)	(37.268)	24.266	-	1.020	(146.308)	-	(146.308)	(137.489)	(8.819)
Outros	37.429	2.609	(13.226)	-	783	27.595	13.934	13.661	26.772	823
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	122.030	(19.603)	(17.483)	(3.092)	(127.368)	(11.693)	(115.675)	(41.739)	(85.629)

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.03.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	174.709	79.015	(66.877)	(22.502)	6.845	-	171.190	8.594	162.596	161.390	9.800
Aquisição de energia - (CVAenerg)	272.759	140.734	(89.639)	(22.502)	7.661	(31.544)	277.469	13.934	263.535	261.585	15.884
Proinfra	(176)	(3.256)	(1.003)	-	7	-	(4.428)	33	(4.461)	(4.159)	(269)
Transporte rede básica	27.261	13.090	(3.534)	-	245	-	37.062	(186)	37.248	34.817	2.245
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(61.149)	29.397	-	(1.134)	31.544	(132.757)	(5.100)	(127.657)	(125.063)	(7.694)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	(10.404)	(2.098)	-	66	-	(6.156)	(87)	(6.069)	(5.790)	(366)
Demais passivos financeiros setoriais	(101.169)	(73.768)	2.984	-	(2.593)	-	(174.546)	(74.246)	(100.300)	(142.306)	(32.240)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	2.032	(31.566)	-	-	-	(16.621)	-	(16.621)	(16.621)	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	1.107	4.991	-	(8)	-	(6.448)	-	(6.448)	(6.059)	(389)
Sobrecontratação de energia	43.595	(64.722)	16.356	-	(1.778)	-	(6.549)	-	(6.549)	(6.154)	(395)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(21.335)	7.403	-	(807)	60.022	(117.458)	(88.472)	(28.986)	(84.896)	(32.562)
Risco hidrológico	(92.661)	(22.945)	19.317	-	(822)	-	(97.111)	-	(97.111)	(91.258)	(5.853)
Outros	110.263	32.095	(13.517)	-	822	(60.022)	69.641	14.226	55.415	62.682	6.959
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	73.540	5.247	(63.893)	(22.502)	4.252	-	(3.356)	(65.652)	62.296	19.084	(22.440)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 63.486 (atualizado até 31 de dezembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.



Notas Explicativas

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.03.2021	31.12.2020
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(703.643)	(700.167)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	381.386	379.092
Total	24.338	25.520

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.03.2021	Percentual
Em 2021	3.546	14,57%
Em 2022	4.327	17,78%
Em 2023	3.960	16,27%
Em 2024	3.625	14,89%
2025 até 2027	8.880	36,49%
Total	24.338	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.03.2021	31.12.2020
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	13
BNB	CDB	15.012	14.940
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.962	13.630
Total		29.987	28.583

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Ativo indenizável (concessão)**

Em 31 de março de 2021 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.372.127
Transferências do ativo contratual	11.459
Marcação a mercado	23.203
Saldo em 31 de março de 2020	2.406.789
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.026.407
Transferências do ativo contratual	8.729
Marcação a mercado	63.851
Saldo em 31 de março de 2021	3.098.987

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2020	Depreciação/ Amortização	31.03.2021
Imobilizado em serviço			
Terrenos	30	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	9
Máquinas e equipamentos	64.235	-	64.235
Móveis e utensílios	55.921	-	55.921
Subtotal	120.195	-	120.195
Depreciação acumulada			
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	(4)	(4)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	(342)	(50.150)
Veículos	-	(13)	(13)
Móveis e utensílios	(35.404)	(137)	(35.541)
	(85.212)	(496)	(85.708)
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	3.035	-	3.035
Móveis e utensílios	2.891	-	2.891
Subtotal	5.926	-	5.926
Total do imobilizado	40.909	(496)	40.413
Ativo de direito de uso			
Terrenos	352	(50)	302
Imóveis	2.303	(394)	1.909
Subtotal	2.655	(444)	2.211
Total	43.564	(940)	42.624

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	Adição	Depreciação/A mortização	Baixa	Transferência	31.03.2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	9	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	(24)	277	61.650
Móveis e utensílios	51.355	-	-	(136)	1	51.220
Subtotal	112.791	-	-	(160)	278	112.909
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	(1.061)	14	-	(46.901)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	(713)	135	-	(33.111)
Subtotal	(78.387)	-	(1.774)	149	-	(80.012)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	3.035	277	-	-	(277)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	1	-	-	(1)	4.599
Subtotal	7.634	278	-	-	(278)	7.634
Total do imobilizado	42.038	278	(1.774)	(11)	-	40.531
Ativo de direito de uso						
Terrenos	82	-	(133)	-	-	(51)
Imóveis	8.660	-	(1.395)	-	-	7.265
Veículos e outros meios de transporte	588	-	(284)	-	-	304
Subtotal	9.330	-	(1.812)	-	-	7.518
Total	51.368	278	(3.586)	(11)	-	48.049

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,31
Imóveis	3,36

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Intangível**

	31.03.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.221.152	(3.079.987)	(288.412)	1.852.754
Software	317.944	(200.864)	-	117.079
Total	5.539.096	(3.280.851)	(288.412)	1.969.833

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	(600)	482	-	(118)
Amortização	-	(76.289)	8.478	(67.811)
Transferência dos ativos contratuais	22.376	-	-	22.376
Transferências para ativo indenizável	(11.459)	-	-	(11.459)
Saldo em 31 de março de 2020	5.086.509	(2.934.024)	(278.475)	1.874.010
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Amortização	-	(100.515)	8.907	(91.608)
Transferência dos ativos contratuais	53.522	-	-	53.522
Saldo em 31 de março de 2021	5.539.096	(3.280.851)	(288.412)	1.969.833

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,20% no trimestre findo em 31 de março de 2021 e 4,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	835.722	(222.901)	612.821
Software	113.383	-	113.383
Total	949.105	(222.901)	726.204

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	248.386	(11.773)	236.613
Capitalização de juros de empréstimos	370	-	370
Transferências para ativo intangível	(22.376)	-	(22.376)
Saldo em 31 de março de 2020	1.003.270	(267.606)	735.664
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	207.906	-	207.906
Capitalização de juros de empréstimos	84	-	84
Transferências para ativo intangível	(53.522)	-	(53.522)
Transferências para ativo indenizável	(8.729)	-	(8.729)
Saldo em 31 de março de 2021	949.420	(222.901)	726.519

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		
Compra de Energia	199.618	497.247
Compra de Energia com partes relacionadas	152.011	1.229
Encargo de Uso da Rede	109.441	121.102
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	584	293
Total energia	461.654	619.871
Materiais e serviços	469.187	308.594
Materiais e serviços com partes relacionadas	105.492	96.092
Total fornecedores	1.036.333	1.024.557

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.252.139 e passivo que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.449.881 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2021 o montante compensado de R\$ 61.469, e (31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 165.863), aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	362.728	317.773
<u>Ativo não circulante</u>	9	889.411	992.192
Total do Ativo		1.252.139	1.309.965
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		362.727	317.773
<u>Passivo não circulante</u>		1.087.154	1.128.538
Total do Passivo		1.449.881	1.446.311
		31.03.2021	31.03.2021
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		3.643	9.297
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(3.643)	(9.297)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.449.864	1.420.867
Constituição	9.297	9.297
Compensações	(99.297)	-
Outros	-	(186)
Saldo em 31 de março de 2020	1.359.864	1.429.978
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.309.965	1.446.312
Atualizações	3.643	3.643
Compensações	(61.469)	-
Outros	-	(74)
Saldo em 31 de março de 2021	1.252.139	1.449.881

19. Obrigações fiscais

	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ	-	48.425
Contribuição social - CSLL a pagar	-	22.685
Total	-	71.110

	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (b)	1.109	2.865	3.974	1.231	3.488	4.719
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.528	-	20.528	24.413	-	24.413
Programa de integração social - PIS	4.452	-	4.452	5.343	-	5.343
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	4.449	-	4.449	7.304	-	7.304
Outros tributos e contribuições	2.769	-	2.769	960	-	960
Subtotal - Federais	33.307	2.865	36.172	39.251	3.488	42.739
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	113.818	-	113.818	123.480	-	123.480
Subtotal - Estaduais	113.818	-	113.818	123.480	-	123.480
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	4.456	-	4.456	3.350	-	3.350
Outros tributos e contribuições	5	-	5	1.086	-	1.086
Subtotal - Municipais	4.461	-	4.461	4.436	-	4.436
Total outros tributos a pagar	151.586	2.865	154.451	167.167	3.488	170.655

- a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- b) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no trimestres findo em 31 de março de 2021 o montante de R\$ 1.109 e no longo prazo o montante de R\$ 2.865, tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	REFIS IV FEDERAL
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.719
(-) Pagamento principal	(385)
(-) Pagamento juros	(381)
(+) Atualização	21
Saldos em 31 de março de 2021	3.974
Circulante	1.109
Não circulante	2.865
Total do passivo	3.974
	REFIS IV FEDERAL
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.311
(-) Pagamento principal	(264)
(-) Pagamento juros	-
(+) Atualização	(196)
Saldos em 31 de março de 2020	6.851
Circulante	1.495
Não circulante	5.356
Total do passivo	6.851

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.03.2021					31.12.2020				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (a)	39	-	39	6.569	6.608	16	-	16	5.930	5.946
União Federal – Bônus ao Par (a)	268	-	268	9.414	9.682	110	-	110	8.499	8.609
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.011	191.478	193.489	-	193.489
TOKIO 4131	-	-	-	-	-	635	164.380	165.015	-	165.015
TOKIO 4131 II	-	-	-	-	-	227	55.025	55.252	-	55.252
SCOTIABANK 4131 II (b)	1.452	172.926	174.378	-	174.378	658	155.901	156.559	-	156.559
SCOTIABANK 4131 III (b1)	1.285	-	1.285	449.406	450.691	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	3.044	172.926	175.970	465.389	641.359	3.657	566.784	570.441	14.429	584.870
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (c)	-	3.900	3.900	3.035	6.935	-	4.437	4.437	3.796	8.233
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (d)	12	4.120	4.132	5.152	9.284	14	4.121	4.135	6.182	10.317
FINEP (e)	2	-	2	663	665	2	-	2	663	665
Financiamentos - Moeda nacional	14	8.020	8.034	8.850	16.884	16	8.558	8.574	10.641	19.215
Empréstimos										
BNB II (f)	5.818	55.253	61.071	282.341	343.412	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas										
Enel Finance International N.V. (g)	1.566	-	1.566	500.000	501.566	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.566	-	1.566	500.000	501.566	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	7.398	63.273	70.671	791.191	861.862	6.748	60.368	67.116	304.580	371.696
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	10.442	236.199	246.641	1.256.580	1.503.221	10.405	627.152	637.557	319.009	956.566



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206	683.848
Captações	31.279	-	350.000	-	381.279
Encargos provisionados	2.118	-	-	3.396	5.514
Encargos pagos	(2.153)	-	-	-	(2.153)
Variação monetária e cambial	-	5.957	142.031	-	147.988
Transferências	18.921	(18.921)	145	(145)	-
Amortizações	(42.563)	-	-	-	(42.563)
Saldo em 31 de março de 2020	62.328	317.560	779.568	14.457	1.173.913
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	-	500.000	-	400.000	900.000
Encargos provisionados	3.562	-	2.855	-	6.417
Encargos pagos	(1.579)	-	(3.773)	-	(5.352)
Variação monetária e cambial	-	9.239	92.240	-	101.479
Transferências	22.628	(22.628)	(50.960)	50.960	-
Amortizações	(21.056)	-	(434.833)	-	(455.889)
Saldo em 31 de março de 2021	70.671	791.191	175.970	465.389	1.503.221

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

31.03.2021					
2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
39.588	499.320	62.489	546.506	108.677	1.256.580



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021:

Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,23% a.a.	Capital de giro	N/A
500.000	02/03/2021	02/03/2025	CDI + 1,18%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 II (b)	CDI + 2,60 a.a
SCOTIABANK 4131 III (b1)	CDI + 0,80 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (a)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (a)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletróbrás (c)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (d)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II (f)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
SCOTIABANK 4131 II (b)	150.000	01/04/2020	01/04/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,67% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP (e)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1% a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de março de 2021:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
Scotiabank 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.03.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	2.782	175.000	175.000	352.782	410	175.000	175.000	350.410
2ª Série 5ª emissão (b)	2.903	-	172.861	175.764	430	-	168.677	169.107
1ª Série 6ª emissão (c)	335	-	40.000	40.335	49	-	40.000	40.049
2ª Série 6ª emissão (d)	5.304	-	306.154	311.458	785	-	298.744	299.529
1ª Série 7ª emissão (e)	489	175.000	175.000	350.489	2.456	-	350.000	352.456
2ª Série 7ª emissão (f)	691	-	329.762	330.453	11.440	-	321.782	333.222
(-) Custo de transação	-	(1.741)	(8.733)	(10.474)	-	-	(11.190)	(11.190)
Total de debêntures	12.504	348.259	1.190.044	1.550.807	15.570	175.000	1.343.013	1.533.583

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	10.219	10.219
Encargos provisionados	19.079	-	19.079
Encargos pagos	(23.119)	-	(23.119)
Apropriação custo de transação	-	717	717
Saldo em 31 de março de 2020	14.570	1.492.913	1.507.483
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	19.574	19.574
Encargos provisionados	15.617	-	15.617
Encargos pagos	(18.683)	-	(18.683)
Transferências	172.543	(172.543)	-
Apropriação custo de transação	716	-	716
Saldo em 31 de março de 2021	360.763	1.190.044	1.550.807

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	-	-	-	175.000
2ª Série 5ª emissão	-	97.861	75.000	-	172.861
1ª Série 6ª emissão	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	171.154	135.000	306.154
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	-	-	175.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	329.762	-	329.762
(-) Custo de transação	(2.992)	(3.146)	(2.032)	(563)	(8.733)
Total a amortizar	172.008	309.715	573.884	134.437	1.190.044



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos em 31 de março de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2021	31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	495	535	18,75	Mensal	de 5,37% a.a até 10,01% a.a
Imóveis	3.317	3.734	32,66	Mensal	de 2,42% a.a até 12,51% a.a
Total	3.812	4.269			
<u>Circulante</u>					
	2.775	2.944			
<u>Não circulante</u>					
	1.037	1.325			
	3.812	4.269			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.03.2021		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	2.923	(148)	2.775
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	993	(134)	859
Até 2 anos - 2022	621	(57)	564
Até 3 anos - 2023	188	(34)	154
Até 4 anos - 2024	100	(25)	75
Até 5 anos - 2025	84	(18)	66
2026 em diante	196	(18)	178
Total circulante e não circulante	4.112	(300)	3.812

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Pagamentos de principal	(1.422)	-	(1.422)
Pagamentos de juros	(149)	-	(149)
Transferências	518	(518)	-
Encargos provisionados	149	-	149
Saldo em 31 de março de 2021	6.880	2.724	9.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Pagamentos de principal	(457)	-	(457)
Pagamentos de juros	(54)	-	(54)
Transferências	288	(288)	-
Encargos provisionados	54	-	54
Saldo em 31 de março de 2021	2.775	1.037	3.812

23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2021	31.12.2020
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	45.694	43.744
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	64.816	60.989
Outros	3.091	3.979
Total	113.601	108.712
Circulante	93.977	91.892
Não Circulante	19.624	16.820

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2021				31.12.2020				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.531	75.656	2.269	-	1.530	75.656	1.480	(2.163)	(1.896)	280
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	33	-	-	-	73	-	-	-	276	286	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.530	-	-	-	1.166	-	-	(419)	(242)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	29.148	-	-	-	23.126	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	51.831	-	-	-	51.601	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	658	-	-	-	658	-	-	(2.008)	(1.937)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	150.294	-	-	-	-	-	-	(339.855)	(290.176)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	85	-	-	-	84	-	-	(251)	(232)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	24	-	-	-	24	-	-	(72)	(66)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	175	-	-	-	83	-	-	(175)	(171)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	106	-	-	-	45	-	-	(117)	(114)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	289	-	-	-	137	-	-	(289)	(281)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	155	-	-	-	103	-	-	(251)	(246)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	225	-	-	-	95	-	-	(233)	(228)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	584	-	-	-	293	-	-	(869)	(928)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	22	20	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	75.620	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A	Julho de 2019 a abril 2028	-	212	-	-	-	487	-	-	(261)	(270)	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	1.566	500.000	-	-	-	-	-	(1.566)	-	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
	CODENSA		-	213	-	-	-	181	-	-	(32)	(33)	-
	ENEL Itália		-	287	-	-	-	270	-	-	(16)	(160)	-
	ENEL AMERICAS		-	565	-	-	-	444	-	-	(122)	(80)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	796	-	-	-	496	-	-	(300)	(556)	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.636	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		514	4.911	-	-	514	4.690	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		1.125	29	-	-	915	26	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.656	305	-	-	2.656	305	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		200	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		433	6.018	-	-	344	5.416	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		662	-	-	-	542	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		821	420	-	-	580	385	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.007	4.377	-	-	1.007	2.924	-	-	-	-	-
			8.353	337.016	575.656	2.269	7.677	215.251	75.656	1.480	(348.701)	(297.310)	280
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.531	75.656	2.269	-	1.530	75.656	1.480	(2.163)	(1.896)	280
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		8.353	335.485	500.000	-	7.677	213.721	-	-	(346.538)	(295.414)	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.409	1.197
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	15	13
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	104	90
Total	1.528	1.300

Mútuo

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 02 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 é de R\$ 501.566

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2021		
	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas			
Enel Finance International N.V.	1.566	-	500.000
Total de Empréstimos com partes relacionadas	1.566	-	500.000

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 31 de março de 2021 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(2)	36	85	351	470
Custo dos juros líquidos	(3)	(2)	1.366	332	1.693
Contribuições reais do empregador	(41)	-	(1.193)	(933)	(2.167)
Saldo em 31 de março de 2021	(46)	34	77.199	34.737	111.924

Circulante 1.531
Não Circulante 110.393

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	96	28	90	124	338
Custos do serviço passado	-	-	-	-	-
Custo dos juros líquidos	(19)	(3)	1.318	262	1.558
Contribuições reais do empregador	(822)	-	-	-	(822)
Saldo em 31 de março de 2020	(745)	25	74.705	24.146	98.131

Circulante 1.538
Não Circulante 96.593

Despesa nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos:

	31.03.2021	31.03.2020
Custo do serviço corrente	470	338
Custos dos juros	1.693	1.558
Total de despesas	2.163	1.896

26. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2021
Trabalhistas (a)	29.733	2.107	(2.305)	3.276	(72)	32.739
Cíveis (b)	121.936	9.412	(8.397)	6.060	(3.669)	125.342
Regulatório (c)	42.860	-	-	-	-	42.860
Sub-total	194.529	11.519	(10.702)	9.336	(3.741)	200.941
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	-	14.558
Total - provisões para processos judiciais e outros riscos	194.529	26.077	(10.702)	9.336	(3.741)	215.499

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores

c) Riscos regulatórios

c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial.

c.2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, que a Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793, no qual esse montante encontra-se provisionado. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

c.3) Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE referente a “Faturamento - pós migração de sistema”, no montante de R\$ 284 foi integralmente provisionado em maio de 2020 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.4) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.5) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial.

c.6) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

d) Outras provisões

Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 14.558 será realizada.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	521.487	506.883
Cíveis (b)	1.421.271	1.363.003
Fiscais (c)	842.722	761.525
Juizados especiais	2.767	2.983
Regulatórios	6.716	6.716
Total	2.794.963	2.641.110

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores,

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ainda, ações previdenciárias.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

e) Fiscal

c.1 Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 710.808 em 31 de março de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020);

A Companhia recebeu, em fevereiro de 2021, 4 novos autos de ICMS sobre os temas relativos aos itens (ii), (iii) e (v) supracitados, no valor total de R\$ 66.310, valor este já incluído no total informado anteriormente.

c.2 Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.082 e R\$ 4.628 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia e Cascavel. O valor total atualizado desses autos, em 31 de março de 2021 é de R\$ 11.141 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020).

c.3 Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.342 em 31 de março de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020);

c) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 394, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C (Base de Remuneração), (ii) 3.300, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18 (Geração Distribuída) e (iii) 3.022, referente ao Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE (Indicadores de continuidade DEC FEC), totalizando R\$ 6.716 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26.3 Depósitos vinculados a litígios:**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas	18.487	18.447
Cíveis	26.240	25.396
Fiscais	3.891	3.833
Total	48.618	47.676

27. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 892.246 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)		Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Fundo de Pensão - FAELCE	-	0,00%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	25.655	0,03%
Una Capital Ltda	919.403	1,91%	1.490.268	5,27%	-	-	1.490.268	5,00%	2.409.671	3,10%
Outros	84.289	0,18%	10.493.415	37,14%	3.097	0,20%	10.496.512	35,24%	10.580.801	13,59%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,01%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



excederam 30% do capital social.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2021	31.03.2020
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	(16.990)	9.818
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	5.776	(3.338)
Total	(11.214)	6.480

28. Resultado por ação

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2021	31.03.2020
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	53.661	51.019
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	31.540	29.987
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.713	1.629
	<u>86.914</u>	<u>82.635</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	1,11635	1,06139
Ação preferencial - Classe A	1,18333	1,12508
Ação preferencial - Classe B	1,22799	1,16753

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Receita líquida

	31.03.2021			31.03.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.214.672	1.279.381	476.560	3.063.866	1.162.186	465.955
Industrial	6.086	128.927	176.800	6.355	151.705	179.592
Comercial	181.200	380.201	318.612	185.077	454.507	356.294
Rural	597.280	317.500	176.442	590.083	267.598	135.996
Poder público	35.832	122.421	96.383	30.808	151.486	111.196
Iluminação pública	11.430	162.315	71.289	10.952	149.570	63.999
Serviço público	4.554	67.686	49.572	4.512	88.498	57.876
Suprimento e revenda	2	2.835	199	2	3.551	178
Fornecimento faturado	4.051.056	2.461.266	1.365.857	3.891.655	2.429.101	1.371.086
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	291.055	-	-	234.077
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(8.277)	-	-	(4.700)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	22	-	-	20
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.051.056	2.461.266	1.648.657	3.891.655	2.429.101	1.600.463
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	102.427	-	-	(58.646)
Subvenção baixa renda	-	-	51.921	-	-	45.393
Subvenção de recursos da CDE	-	-	67.107	-	-	70.243
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	509	617.675	76.980	357	531.228	65.065
Receita de construção	-	-	207.804	-	-	236.983
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	14.703	-	-	11.466
Outras receitas	-	-	28.573	-	-	26.437
Total outras receitas	509	617.675	549.515	357	531.228	396.941
Receita operacional bruta	4.051.565	3.078.941	2.198.172	3.892.012	2.960.329	1.997.404
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(426.008)	-	-	(397.052)
COFINS - corrente	-	-	(125.217)	-	-	(112.179)
PIS - corrente	-	-	(27.185)	-	-	(24.355)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(13.191)	-	-	(11.435)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(67.012)	-	-	(50.092)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(860)	-	-	(1.567)
ISS	-	-	(1.784)	-	-	(1.141)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(661.257)	-	-	(597.821)
Receita operacional líquida	4.051.565	3.078.941	1.536.915	3.892.012	2.960.329	1.399.583

(*) Não auditado pelos auditores independentes

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Receitas (custos/despesas) operacionais

	31.03.2021				31.03.2020					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(28.882)	-	(23.938)	-	(52.820)	(30.592)	-	(12.894)	-	(43.486)
Material	(51.685)	-	(72)	-	(51.757)	(5.520)	-	(229)	-	(5.749)
Serviços de terceiros	(75.416)	(42)	(7.124)	-	(82.582)	(92.538)	(260)	(17.997)	-	(110.795)
Energia elétrica comprada para revenda	(732.050)	-	-	-	(732.050)	(659.245)	-	-	-	(659.245)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(191.738)	-	-	-	(191.738)	(82.070)	-	-	-	(82.070)
Depreciação e amortização	(85.520)	-	(940)	-	(86.460)	(61.616)	-	(4.477)	-	(66.093)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(4.643)	-	-	-	(4.643)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	9.934	-	-	9.934	-	(40.892)	-	-	(40.892)
Perda de recebíveis de clientes	-	(13.092)	-	-	(13.092)	-	(1.564)	-	-	(1.564)
Custo de construção	(207.804)	-	-	-	(207.804)	(236.983)	-	-	-	(236.983)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(817)	-	(817)	-	-	(8.168)	-	(8.168)
Outras despesas operacionais	(5.795)	-	(10.230)	(752)	(16.777)	(6.644)	-	(13.416)	(738)	(20.798)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	2.611	2.611	-	-	-	3.414	3.414
Outras receitas operacionais	-	-	-	394	394	-	-	-	500	500
Subtotal	(1.378.890)	(3.200)	(43.121)	2.253	(1.422.958)	(1.179.851)	(42.716)	(57.181)	3.176	(1.276.572)



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.194	-
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	23.551	10.172
Marcação a mercado de ativo indenizável	63.851	23.203
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	3.091	4.252
Variação cambial	1.223	3.525
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	175.500	138.727
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	1.669
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	3.239
Juros fundo de pensão	4	21
Outras receitas financeiras	1.627	764
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.553)	(680)
Subtotal	268.488	184.892
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(9.239)	(5.958)
Variação monetária de debêntures	(19.574)	(10.219)
Variação cambial de dívidas	(92.240)	(142.030)
Encargos de dívidas	(6.417)	(5.514)
Juros debêntures	(15.617)	(19.079)
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(1.579)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(6.183)	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(9.336)	(8.366)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(84.833)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(6.648)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(2.437)	(4.995)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	84	370
Atualizações de impostos	(1.311)	(1.818)
Atualização P&D/PEE	(1.098)	(210)
IOF/IOC	-	(768)
Apropriação custo de transação	(716)	(717)
Comissão de fiança e seguro garantia	(652)	(1.094)
Juros em arrendamento	(54)	(149)
Outras despesas financeiras	(1.335)	(2.770)
Subtotal	(259.303)	(204.896)
Total do resultado financeiro	9.185	(20.004)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**32. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.03.2021		31.03.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(28.727)	(10.749)	(35.173)	(12.677)
Diferidos	(4.550)	(1.632)	9.307	3.363
Incentivo fiscal	9.432	-	14.808	-
Total	(23.845)	(12.381)	(11.058)	(9.314)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	123.142	123.142	103.007	103.007
Adições:				
Gratificação a administradores	4.272	4.272	440	440
Doações	-	-	25	25
Outras despesas indedutíveis	115	115	14	15
Total das adições	4.387	4.387	479	480
Base de cálculo	127.529	127.529	103.486	103.487
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(31.876)	(11.478)	(25.866)	(9.314)
Incentivos fiscais	9.432	-	14.808	-
Ajustes de períodos anteriores	(1.401)	(903)	-	-
Total da despesa com tributos	(23.845)	(12.381)	(11.058)	(9.314)
Alíquota efetiva	19,36%	10,05%	10,74%	9,04%

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros riscos	82.879	68.781	14.098	3.752	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	84.839	83.766	1.073	14.432	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	66.478	66.478	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.776	721	-	(567)	5.054	(3.514)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	401	549	(148)	45	-	-
Outras provisões	21.538	20.188	1.350	2.883	-	-
Total dos diferidos ativos	263.716	242.288	16.373	20.545	5.054	(3.514)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.468)	(1.480)	12	14	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(202.712)	(181.003)	(21.709)	(7.889)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	(28.521)	(27.663)	(858)	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(232.701)	(210.146)	(22.555)	(7.875)	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	31.015	32.142	(6.182)	12.670	5.054	(3.514)
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			(6.182)	12.670		

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	307.016	166.015
Títulos e valores mobiliários	77.650	92.376
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	46.002	64.356
Consumidores e outras contas a receber	1.543.810	1.485.066
Ativo indenizável (concessão)	3.098.987	3.026.407
	5.073.465	4.834.220

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de março de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.03.2021	31.12.2020
AA-	46.002	64.356
Total geral	46.002	64.356

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2021	31.12.2020
AAA	339.269	227.501
AA+	13	13
Total geral	339.282	227.514

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de março de 2021, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2021 (em reais).

	31.03.2021
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	641.359
Exposição Patrimonial	641.359
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(609.691)
Saldos em 31 de março de 2021	31.668

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Selic	592	0,17%	15.575	6,85%
CDI	338.690	99,83%	211.926	93,15%
Pré-Fixado	-	0,00%	13	0,01%
Total	339.282	100,00%	227.514	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	3.098.987	100,00%	3.026.407	100,00%
Total	3.098.987	100,00%	3.026.407	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	30.805	1,02%	10.824	0,45%
TJLP	665	0,02%	665	0,03%
CDI	1.808.861	60,13%	1.254.017	51,70%
IPCA	1.161.087	38,60%	1.154.339	47,59%
Libor	6.608	0,22%	5.948	0,25%
Total	3.008.026	100,00%	2.425.793	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000, do qual em 31 de março de 2021, estavam disponíveis R\$ 300.000

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.503.221	956.566
Debentures (Nota 21)	1.550.807	1.533.583
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Swap</i> (Nota 33)	(46.002)	(64.356)
Dívida	3.008.026	2.425.793
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(307.016)	(166.015)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(77.650)	(92.376)
Dívida líquida (a)	2.623.360	2.167.402
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.307.652	3.230.548
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	44%	40%

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2021						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	175.313	1.349	15.946	480.473	-	673.081
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	18.008	8.707	39.032	206.897	99.007	371.651
Debêntures	(26)	20.318	409.322	1.337.984	-	1.767.598
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	33.349	675.971	-	709.320
Total	193.295	30.374	497.649	2.701.325	99.007	3.521.650

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2021				
Instrumentos financeiros derivativos – <i>Swap</i> – pagamentos / (recebimentos)	(21.004)	24.194	(1.386)	1.804
Total	(21.004)	24.194	(1.386)	1.804

f) Valorização dos instrumentos financeiros**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.03.2021		31.12.2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
Custo amortizado	2	307.016	307.016	166.015	166.015
Títulos e valores mobiliários					
Valor justo por meio de resultado	2	77.650	77.650	92.376	92.376
Cauções e depósitos					
Custo amortizado	2	29.987	29.987	28.583	28.583
Consumidores e outras contas a receber					
Custo amortizado	2	1.543.810	1.543.810	1.485.066	1.485.066
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	55.343	55.343	65.597	65.597
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Valor justo por meio de resultado	2	-	-	483	-
Ativo indenizável (concessão)					
Valor justo por meio de resultado	3	3.098.987	3.098.987	3.026.407	3.026.407
Total do ativo		5.112.793	5.112.793	4.864.527	4.864.044
Passivo					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Custo amortizado	2	861.862	344.467	371.696	331.077
Debêntures em moeda nacional					
Custo amortizado	2	1.550.807	1.559.540	1.533.583	1.514.643
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Custo amortizado	2	641.359	600.620	584.870	300.844
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	3.176	3.176	1.241	1.241
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Valor justo por meio de resultado	2	6.165	6.165	-	-
Arrendamentos					
Custo amortizado	2	3.812	3.812	4.269	4.269
Passivos financeiros setoriais					
Custo amortizado	2	127.368	127.368	209.220	209.220
Fornecedores					
Custo amortizado	2	1.036.333	1.036.333	1.024.557	1.024.557
Total do passivo		4.230.882	3.681.481	3.729.436	3.385.851

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31.03.2021	31.12.2020
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	41.865
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	-	13.623
TOKIO II	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	-	4.786
Scotiabank II	01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	18.899	3.599
Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	33.268	483
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(3.400)	-
BNP III	01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(2.765)	-

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	136.971
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	10.335
Saldos em 31 de março de 2020	133.576
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	88.230
Marcação a mercado no resultado	(6.648)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(14.866)
Recebimento de principal	(84.831)
Recebimento de Juros	(239)
Saldos em 31 de março de 2021	46.002

Em janeiro de 2021 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank III realizada em dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow *Hedge*, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de março de 2021 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 01.04.20 Scotiabank II	18.899	21.045	(2.146)		150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	33.268	48.112	(14.844)		399.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(3.400)	-	-	(3.400)	134.999	Valor justo por meio do Resultado Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	(2.765)	-	-	(2.765)	134.999	Valor justo por meio do Resultado Líquido
Total	46.002	69.157	(16.990)	(6.165)	819.997	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2021.

h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de março de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Mar. 2022		
		31.03.2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	592	30	23	15
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	338.690	17.273	12.955	8.637
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.098.987	162.077	121.558	81.039
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(563.688)	(33.236)	(39.904)	(46.512)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	609.690	45.183	208.763	344.693
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(5.746)	(655)	(655)	(655)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(634.750)	(46.998)	(215.657)	(355.807)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(665)	(35)	(42)	(49)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.245.172)	(60.096)	(72.135)	(84.066)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.161.087)	(114.343)	(129.654)	(144.771)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(6.608)	(396)	(1.895)	(3.141)
			(31.196)	(116.643)	(200.618)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Scotiabank II 4131	817	4.105	3.288	6.838	6.021
SWAP Scotiabank II 4131 PA	(804)	(4.037)	(3.233)	(6.724)	(5.920)
SWAP Scotiabank II 4131 PP	662	744	82	826	164
Scotiabank III 4131	27.170	129.190	102.020	213.965	186.795
SWAP Scotiabank III 4131 PA	(26.481)	(125.914)	(99.433)	(208.541)	(182.060)
SWAP Scotiabank III 4131 PP	19.305	23.230	3.925	27.120	7.815
BNP II 4131	9.360	39.942	30.582	65.355	55.995
SWAP BNP II 4131 PA	(9.429)	(40.235)	(30.806)	(65.835)	(56.406)
SWAP BNP II 4131 PP	7.155	8.503	1.348	9.839	2.684
BNP III 4131	8.600	39.168	30.568	64.569	55.969
SWAP BNP III 4131 PA	(8.470)	(38.576)	(30.106)	(63.593)	(55.123)
SWAP BNP III 4131 PP	6.115	7.427	1.312	8.727	2.612
Total	34.000	43.547	9.547	52.546	18.546

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.454.165 em 2021, R\$2.212.636 em 2022, R\$2.293.062 em 2023, R\$2.437.269 em 2024 e R\$48.068.829 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de março de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**35. Participação nos resultados**

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 4.670 e R\$ 4.228, respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	\$232.638	\$1.169.800
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 78.823
Riscos ambientais	01/11/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 135.214

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.03.2021	31.03.2020
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 14)	-	(11.065)
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(61.469)	(99.297)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2021	31.03.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(23.951)	(24.902)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(84)	(370)
	(24.035)	(25.272)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.03.2021	31.03.2020	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	900.000	381.279	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(455.889)	(42.563)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(457)	(1.422)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	84.831	-	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(385)	(264)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-		Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	488.100	337.030		

Em relação aos dividendos, vale ressaltar que a Companhia pagou para sua controladora o montante de R\$ 40.000 referentes à competência do exercício social de 2019 durante o primeiro trimestre de 2021. Tais dividendos foram postergados pela sua controladora considerando a conjuntura econômica do ano de 2020.

38. Eventos subsequentes

- Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: do lucro líquido no montante de R\$265.181, o qual, subtraído o montante de R\$46.080, relativo ao incentivo fiscal (SUDENE), e acrescido o montante de R\$315, referente à reversão de dividendos prescritos, alcançou o valor líquido passível de distribuição de R\$219.416, e será destinado da seguinte forma: (i) R\$164.562 do total do lucro líquido ajustado, serão distribuídos como dividendos, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e 50% (cinquenta por cento) referem-se ao dividendo adicional proposto; e (ii) o saldo, no valor de R\$54.854, deduzido o valor de R\$10.413, correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), totalizando R\$44.441, será destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia. Vale destacar que o registro do dividendo mínimo já estava contemplado nas demonstrações financeiras anuais do referido exercício por se tratar de uma obrigação. O registro da obrigação referente aos dividendos adicionais será realizado no mês de abril.
- Aumento de capital com utilização de reserva de lucro: Na mesma AGO que aprovou a destinação do resultado do exercício, também foi aprovado aumento de capital da Companhia com a utilização de saldo de reserva de lucros, o qual segue: considerando que com a destinação do montante de R\$44.441 para a Reserva de Reforço de Capital de Giro, o saldo das reservas de lucros ultrapassa o limite de que trata o artigo 199 da Lei de Sociedades Anônimas, foi aprovado aumento do capital social de R\$892.247 para R\$ 914.347, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ 22.100 constante do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021.
- Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da alta liquidez do mercado para operações em dólar, a Companhia contratou, em 29 de março de 2021, duas operações na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco BNP no montante de R\$ 135.00 cada uma para desembolso em 01 de abril de 2021. Os contratos possuem uma taxa fixa de 2,14% a.a. e 1,57% a.a. respectivamente, com vencimentos para 28 de março de 2024 e 28 de março de 2022. Para mitigar o risco dessas operações

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



à variação cambial foram contratadas simultaneamente duas operações de swap, trocando os valores e taxas pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 1,18% a.a e CDI + 0,55% a.a.

- d. Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da ENEL Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo 10,21% para os consumidores em alta tensão e 8,54% para os consumidores em baixa tensão.

Neste processo tarifário foram realizadas medidas para alívio do efeito médio aos consumidores que contribuíram para uma redução de 20,2 p.p. em que são destacadas:

Sobre a CONTA-COVID, os valores transferidos para a ENEL CE equivalem a totalidade dos valores recebidos pela distribuidora, devidamente atualizados pela SELIC, e correspondem aos itens previstos na resolução normativa nº 885, de 2020, totalizando um impacto negativo de 9,09%.

Em relação ao Reperfilamento de custos de Rede Básica (RBSE) é componente financeiro associado às instalações de transmissão existentes em 31 de dezembro de 2020, relacionado a remuneração ou juros pelo capital não recebido no período de 2013 a junho 2017, que segundo parecer da Procuradoria da ANEEL, desse ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020 e incorporada à Receitas Anuais Permitidas (RAP) das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021. A alternativa adotada é o reperfilamento deste valor do ciclo 2020/2021 para um prazo de 8 (oito) anos e de forma gradativa para o ciclo 2021/2022. Neste contexto e tendo em vista o cenário de elevada pressão tarifária em 2021, de forma excepcional, será antecipado o benefício dessa redução prevista dos custos de transmissão às distribuidora com impacto negativo de R\$ 67.509, representando redução tarifária de 1,34%.

Já o financeiro extraordinário de reversão de receitas de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (UDER) é definido pelo submódulo 2.1 do PRORET para devolução a partir de abril de 2023. No entanto, como parte das soluções desenvolvidas para mitigar a elevação tarifária, foi considerado um componente financeiro negativo, já neste processo, no valor de R\$ 54.088 (redução tarifária de 1,07%).

A Antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da Cofins foi considerada como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 386.200 (trezentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil reais), contribuindo para uma redução de 7,65%.

Adicionalmente, a fim de amenizar um pouco mais o efeito nas tarifas, a ENEL CE propôs também um diferimento de R\$ 53.000. de parcela B, cujo impacto representa 1,05%. Tal valor será revertido à distribuidora no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pelo IPCA.

Além disso a ENEL CE entrou com Mandado de Segurança contra a aplicação do despacho nº 2508, de 2020, que estabeleceu os montantes de sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017. Desta forma a ANEEL suspendeu os efeitos do despacho 2508/2020 para a ENEL CE e este fato resultou em um impacto positivo de R\$56.787 até o julgamento do mérito do tema pela ANEEL.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias Companhia Energética do Ceará - COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2021.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula

Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2021.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Charles de Capdeville

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Eduardo Gomes de Paula

Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva